

PALÁCIO VOTURA

Rua Humaitá, 1167 Centro – PABX: (19) 3885-7700. CEP: 13.339-140 – Indaiatuba - SP

Ata da Audiência Pública para apresentação do Projeto de Lei no. 61/2021, de autoria do Executivo Municipal que "Dispõe sobre as diretrizes para a elaboração da Lei Orçamentária de 2022, e dá outras providências".

Nos termos do disposto no parágrafo único do artigo 48 da Lei Complementar 101 de 04 de maio de 2000 (LRF), bem como nos termos do artigo 71, "alínea "d" das Instruções no. 2/2008 - Área Municipal, do Egrégio Tribunal de contas do Estado de São Paulo, a Câmara Municipal de Indaiatuba, através da Presidência e da Comissão de Finanças e Orçamento, promoveu no dia 21 de maio de 2021, às 09h, audiência pública para apresentação do Projeto de Lei no. 61/2021, de autoria do Executivo Municipal que "Dispõe sobre as diretrizes para a elaboração da Lei Orçamentária de 2022, e dá outras providências". respeito às determinações que proíbem a aglomeração de pessoas. notadamente pelas determinações do Governo Estadual, Governo Municipal e orientação do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, a audiência foi realizada em ambiente virtual, gravada na sede da Câmara, sito à 1167, Rua Humaitá, no. centro, nesta cidade de Indaiatuba/SP. As informações necessárias participação dos munícipes - perguntas, comentários ou sugestões - puderam ser efetuadas acessando o canal https://www.indaiatuba.sp.leg.br/transparencia/audienci a - publica, disponibilizado no site da Câmara Municipal de Indaiatuba, até o dia 29 de maio de 2021.

O Edital foi publicado na imprensa oficial do município, Edições 2002, 2005, 2007, 2011, 2013, 2016 e 2018; no Jornal Mais Expressão no dia 07/05/21; os Vereadores fora cientificados pessoalmente; e através do site www.indaiatuba.sp.leg.br, cujas as cópias compõem o procedimento arquivado na Secretária desta Casa.





PALÁCIO VOTURA

Rua Humaitá, 1167 Centro – PABX: (19) 3885-7700. CEP: 13.339-140 – Indaiatuba - SP

A audiência foi oficialmente aberta pelo presidente da Câmara, Jorge Luis Lepinsk, às 09h. Em seguida, passou a palavra ao Presidente da Comissão de Finanças e Orçamento Dr. Luiz Carlos Chiaparine. Ambos explanaram sobre a importância do projeto e da necessária participação dos munícipes. Em seguida, passou a palavra para a secretária-adjunta municipal da Fazenda, Paula Fernanda Sciamarelli, convocada pela Câmara para tal finalidade, que apresentou a LDO em explanação gravada em áudio e vídeo.

A secretária-adjunta da Fazenda, Paula Sciamarelli, esclareceu quais os objetivos da LDO, notadamente a orientação do orçamento propriamente dito – a Lei Orçamentária Anual (LOA).

O exercício de 2021 é ainda mais peculiar, por se tratar também do ano de elaboração do Plano Plurianual (PPA), que estabelece as metas da administração até 2025 - incidindo sobre a reflexão das LDOs e LOAs dos próximos anos. De acordo com a Lei Orgânica do Município, o PPA deve ser protocolado na Câmara até agosto e precisa ser votado até o último dia do ano.

A LDO é composta por prioridades e metas da administração pública, estrutura organização do e orcamento. diretrizes elaboração gerais para execução e orçamento municipal, metas e riscos fiscais, mecanismos de equilíbrio entre receita e despesa, critérios e formas de limitação de empenho e montante e forma de utilização da reserva de contingência, entre outros pontos.

A secretária apresentou dados alarmantes da pandemia de coronavírus no Brasil e no mundo, que além de resultar em impactos brutais na saúde, também agravou a situação econômica de municípios, estados e na União. Em decorrência disso, as peças orçamentárias refletem um cenário de retração e conservadorismo.

A inflexão só não foi maior por causa da concessão do auxílio emergencial e de medidas de preservação de empregos, evitando que projeções mais pessimistas se concretizassem. Ainda assim, o PIB caiu 4,1%, outro reflexo negativo da pandemia.





PALÁCIO VOTURA

Rua Humaitá, 1167 Centro – PABX: (19) 3885-7700. CEP: 13.339-140 – Indaiatuba - SP

Na perspectiva municipal, a secretária-adjunta expôs que, ao contrário do que o senso comum sinaliza, o orçamento não é uma peça financeira. Ela possui uma estimativa de receita, "estimada de acordo com uma série de critérios técnicos, visando sua efetiva arrecadação". A estimativa é realizada ao longo do exercício, contanto que nenhum evento extraordinário ocorra, que foi o caso da pandemia de coronavírus. Por conta da crise sanitária, "boa da arrecadação tende diminuir а drasticamente". Ao mesmo tempo, despesas as aumentar, sobretudo em saúde e assistência social.

Ao partir para o detalhamento da peça orçamentária propriamente dita, a secretária esclarece que a LDO é composta por anexo de riscos fiscais, anexo de metas fiscais, anexo da estrutura orçamentária, descrição dos programas governamentais e unidades executoras.

O anexo de riscos fiscais apresenta questões imprevisíveis e imponderáveis que podem comprometer a arrecadação – em Indaiatuba, foi consignado 0,5% da receita corrente líquida para fazer frente a essas situações.

O anexo de metas fiscais apresenta a estimativa de receitas e despesas da ordem de R\$ 1.369.484.000,00 para o exercício de 2022. A dívida consolidada (longo prazo) é projetada na ordem de R\$ 35,8 milhões.

Já o anexo da estrutura orçamentária será encaminhado junto do Plano Plurianual, em razão do descompasso temporal na legislação vigente.

Os anexos de metas e prioridades dependem da vigência do PPA e serão remetidos assim que o plano estiver aprovado. Por fim, a secretária apresentou os instrumentos de participação popular por meio dos quais os cidadãos podem fazer perguntas ou apresentar sugestões para a execução orçamentária. As propostas podem ser remetidas Secretaria da Fazenda até o dia 29 de maio. Com isso, o Executivo terá condições de avaliar sugestões para todas as peças de planejamento. A ferramenta "Planejamento Interativo" disponível está link www.indaiatuba.sp.gov.br/fazenda/orcamento.





PALÁCIO VOTURA

Rua Humaitá, 1167 Centro – PABX: (19) 3885-7700. CEP: 13.339-140 – Indaiatuba - SP

A íntegra da audiência foi disponibilizada ao público pelos canais digitais da Câmara a partir da data da audiência, conforme disposto em edital.

A Secretaria encerrou sua participação e devolveu a palavra ao Presidente da Câmara. O Presidente da Câmara, bem como o Presidente da Comissão de Finanças de Orçamento agradeceram a apresentação, bem como a participação dos Vereadores e munícipes. O Presidente da Câmara Jorge Luiz Lepinsk declarou encerrada a audiência pública às 12h45m.

Nada havendo para tratar, eu (José Arnaldo Carotti) assessor jurídico da presidência, lavrei a presente Ata, a qual vai subscrita por quem de direito.

Jorge Luls Lepinsk
Presidente da Câmara Mun

Presidente da Câmara Municipal de Indaiatuba

Dr. Luiz Carlos Chiaparine Presidente da CFO